



A RUA ORGANIZADA: AÇÃO E PRÁTICAS POLÍTICAS DO MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA

PACHECO, Marina Rute de A. M.
Estudante de mestrado do PPGCS - UFBA
marinarutepacheco@gmail.com

253

RESUMO

Os dilemas enfrentados pelo Movimento Nacional População de Rua, que surge como organização política no terceiro milênio, e a mobilização em torno de demandas ao Estado por condições de subsistência imediata, privilegiando a busca pela ampliação da cidadania e dos direitos sociais, são questões centrais que orientam a discussão. O objetivo deste artigo é analisar as práticas políticas tendo por enfoque as articulações com outras organizações da sociedade civil e a participação política institucional. Para tanto, alicerçou-se em três chaves analíticas: “repertório de contestação” de Tilly, “luta por reconhecimento” de Honneth, a noção de “justiça” em Fraser. As considerações trazidas aqui estão baseadas na análise de dados: em matérias jornalísticas sobre o movimento social, em entrevistas semi-estruturadas, nos discursos das lideranças deste movimento, e dos representantes da burocracia estatal, veiculados às mídias, como forma de apreender os caminhos da ação política.

Palavras-chave: Movimento Nacional População de Rua. Movimentos Sociais. Luta Política.

ABSTRACT

The dilemmas faced by the National Movement Homelessness, which arises as a political organization in the third millennium, and mobilizing around demands on the state for immediate subsistence conditions, favoring the search for the expansion of citizenship and social rights are central issues guide the discussion. The objective of this paper is to analyze the political practices by taking the approach links with other civil society organizations and the institutional political participation. Therefore, its foundations on three analytical keys, "defense repertoire" Tilly, "struggle for recognition" of Honneth, the notion of "justice" in Fraser. The considerations brought here are based on data analysis in news stories about the social movement in semi-structured interviews, in the speeches of the leaders of this movement, and representatives of state bureaucracy, conveyed to the media as a way to learn the ways of political action.

Key-words: National Moviment Homelessness. Social Moviments. Politcs Fight.



É lugar comum que a emergência de novas organizações em uma conjuntura marcada pela nova morfologia dos movimentos sociais na arena política transformou substancialmente as relações entre a sociedade política e a sociedade civil organizada. Nessa realidade contemporânea, muitos movimentos sociais são fundamentados pela síntese de práxis políticas oriundas de uma conjuntura de reorganização dos movimentos de esquerda de modo generalizado, na qual se verificou a aparição de teorias sobre esse novo fenômeno, em uma conjuntura marcada: pelo fim dos anos dourados do capitalismo nos países desenvolvidos, iniciando um período de economia estagnada; pelo refluxo mundial dos movimentos ou organizações “tradicionais” dos trabalhadores, tais como partidos políticos e sindicatos; declínio dos governos ditatoriais e dos Estados Operários Burocratizados. Assim, tendo em vista tal contexto, que parece reverberar na contemporaneidade, a emergência de novas organizações que centraliza as ações políticas em torno de demandas por participação nas decisões políticas, tem por *leitmotiv* sobretudo a juridicização via poder legislativo, pautando a inscrição em leis, dos direitos sociais.

Nesse ínterim, em 2004, o Movimento Nacional População de Rua¹ (MNPR) foi fundado por grupos da população que viviam nessa situação em São Paulo e Belo Horizonte após o episódio da Chacina da Praça da Sé – em que sete moradores de rua foram assassinados e nove foram gravemente feridos – local este que funciona, ainda hoje, como abrigo de moradores nesta situação na cidade paulista (MNPR, 2010). Isto é senão um prenúncio que a situação de não reconhecimento desse setor social da sociedade capitalista atingiu a negação absoluta, materializando-se, dentre outras formas, por meio da chacina (HONNETH, 2003). O processo de tornar consciente aquela realidade externa e estranhada gerou a necessidade de organização, iniciou-se o processo de formação política e de capacitação dos moradores de rua, e a rua organizada passou a acompanhar as notícias de casos de violência e genocídio à população de rua que continuam sendo realidade na atualidade.

Contudo, a barbárie levou à utopia. Em meio a essa situação, no início do terceiro milênio, as articulações desse incipiente movimento social organizado foram consolidando-se,

¹ Este artigo é resultado da pesquisa apresentada no Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, em 2013, sob orientação do Prof. Dr. Alvino Sanches. Agradeço ao Movimento Nacional População de Rua e aos seus militantes e lideranças pela recepção e pelos anos de aprendizado.



principalmente através dos fóruns de debates, das manifestações públicas e da inserção desse sujeito político nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento – se pautava políticas públicas voltadas a esse setor da classe trabalhadora². Ademais, essa organização de sujeitos em situação de rua realiza articulações políticas com as organizações da sociedade civil, tais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e as Pastorais Sociais (MNPR, 2010). Esse processo de tornar consciente aquela realidade externa e estranhada pode ser ainda verificada através da fala da coordenadora do MNPR:

Existe algumas entidades e algumas pessoas, por exemplo a Pastoral de Rua, que começaram a perceber a população em situação de rua com um novo olhar, com um olhar diferenciado. E começaram a querer entender, quem era esse fenômeno população de rua? Quem eram essas pessoas? Porque essas pessoas estavam nessa situação? E aí, começaram a perceber também que pra poder acontecer alguma coisa, precisava primeiro ter o protagonismo dessas pessoas. Então começou justamente disso. O movimento dos catadores já estava se organizando, apesar de o movimento dos catadores terem uma pauta mais voltada pro trabalho, sobre os resíduos sólidos, mas sempre tinha uma brecha pra população de rua poder está discutindo, poder está falando, poder está começando a se articular. Em 2004, acontece a chacina na Praça da Sé, em São Paulo e com isso a gente viu que tinha dois caminhos: ou de continuar naquela situação ou de começar a assumir o protagonismo.” (Trecho transcrito da entrevista com a coordenadora do MNPR e do MNPRSA).

A partir desse episódio, as relações externas e materiais foram concebidas como ideias através da percepção, isto é, do vínculo imediato do sujeito com o real. Criou-se uma onda de mobilizações encampadas pelos moradores de ruas de São Paulo e de Belo Horizonte, e a consolidação da organização deste movimento contou com o suporte dessas entidades, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e as pastorais. E o dia 19 de agosto, o dia que ocorreu a chacina na Praça da Sé, ficou marcado como sendo o Dia de Luta da População de Rua. Após a fundação do MNPR, em 2004, em 2005 o movimento participou do 4º Festival de Lixo e Cidadania o que mobilizou vários municípios organizados e corroborou à fundação do movimento em outros estados brasileiro, e nesse processo, atualmente, o MNPR organiza moradores de rua em: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Paraná, Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio Grande do

² Alguns dados oriundo do trabalho de pesquisa apontou que boa parte desses indivíduos exercem trabalho, ainda que no âmbito da informalidade, através de atividades remuneradas, o que será desenvolvido adiante neste artigo.



Norte e Fortaleza; e na Bahia o movimento completou em março de 2013 quatro anos de sua fundação. A partir de então, iniciou-se o processo de formação política e de capacitação com os moradores de rua, e a rua organizada passou a acompanhar as notícias de casos de violência e genocídio à população de rua que continuam sendo realidade na atualidade. Assim, a situação de não reconhecimento vem atingindo a negação absoluta, por meio da morte, que se objetivam através dessas práticas, como as chacinas, extermínios e espancamentos de indivíduos (HONNETH, 2003). O desenvolvimento do trabalho contínuo desse setor progressista do clero – pastorais da terra, pastorais do povo da rua, etc. – influenciou na constituição de uma identidade desse coletivo que perpassa a relação intersubjetiva de reconhecimento com a sociedade através da luta pela conquista de direitos.

Assim, mesmo antes de sua formação enquanto movimento social, a até então incipiente organização de sujeitos em situação de rua já realizava articulações políticas com as organizações sociais e movimentações por melhorias materiais a sua existência. Ainda nesse período, sujeitos que sobreviviam nessa realidade iniciaram um processo de organização em associações e cooperativas de catadores de resíduos sólidos, as quais culminaram, posteriormente, na formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNPR, 2010). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que na atualidade coaduna com as ações do MNPR, no seu “5º plano bienal dos organismos nacionais 1979/1980” estipulou que evangelizar a partir dos pobres, visar à libertação integral do homem, e construir uma sociedade fraterna, esses são os objetivos da ação pastoral no Brasil. No entanto, ainda hoje, essas diretrizes parecem permanecer conduzindo suas ações. A prática dominante nesse período, caracterizada como “*basista*”, por meio da qual esses setores clérigos mais progressistas partiam à ação direta, sobretudo no que tange a questões que incidem na realidade mais imediata, o cotidiano das classes populares. Para resolvê-las, aproximou-se dos princípios que regem os direitos dos cidadãos, ainda que sejam direitos de ordem cívica e não social, corroborando para o surgimento do campo de organização popular que se efetivava nos trabalhos das pastorais da Igreja junto aos movimentos populares (GOHN, 1991). Ainda na atualidade, o MNPR, vê nesses direitos civis, principalmente à posse e ao abrigo, objetivos a serem conquistados.

Contudo, por mais que houvesse ações de caridade e de organização popular ao longo desses decênios foi em 2000 que, com a realização do 1º Encontro Nacional da Pastoral Social, e em 2001 com promoção do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais



Recicláveis e a 1º Marcha do Povo da Rua, foi fundada a Pastoral Nacional do Povo da Rua, cujos trabalhos cristãos buscam formas de se superar essa realidade, uma delas é o incentivo da luta pelos direitos sociais.³ As relações estabelecidas entre as pastorais sociais e a população em situação de rua não se constitui somente através de bases que se sustentam por via das ações que possam suprir as necessidades mais imediatas desses sujeitos, porém coadunam aos aspectos de objetividade e subjetividade, as quais se apresentam na luta por reconhecimento.

O desenvolvimento do trabalho desse setor progressista do clero influenciou na constituição de uma identidade desse coletivo que perpassa a relação intersubjetiva de reconhecimento à sociedade, materializada no Estado, através da luta pela conquista de direitos. Essa luta por reconhecimento está em busca dos sentimentos de autoconfiança, autorrespeito, e autoestima que coexistem com formas de desrespeitos que lhes são correspondentes quando o reconhecimento é negado ao sujeito, o que é recorrente à população em situação de rua, e, ainda, através de práticas de tortura ou violação, que são formas de desrespeitos que estão para além da dimensão física do ser, assumindo uma relação de submissão de um à vontade de outro. Manifesta-se como sendo a principal luta do MNPR o terceiro padrão de reconhecimento, que é baseado na autoestima, assentada na estima social, posto que o Movimento Nacional População de Rua luta por um contexto social que permita aos sujeitos nessa situação manifestar suas distintas capacidades e propriedades, de modo universal, contexto cotidiano renegado pelas situações de não-reconhecimento, as quais são evocadas cotidianamente, lhes tratando irrisoriamente, inclusive por meio da repressão estatal, como as humilhações e ofensas, físicas ou psicológicas (HONNETH, 2003), tais como: assassinatos, detenção por vadiagem por meio de jatos d'água, abrigamento obrigatório, coação por parte da polícia, agressões verbais, impedimento de acessar os serviços e espaços públicos, expulsão de regiões centrais da cidade, impedimento de acesso, mobilidade e ingresso nas cidades, cadastramento forçado nas plataformas estatais, apreensão dos documentos civis e retirada dos pertences (MNPR, 2010). Isto é, criminalização da pobreza em sua totalidade.

³ Informações retiradas da reportagem da página web ADITAL - Notícias da América Latina e Caribe: "Moradores de rua e catadores de materiais recicláveis recebem apoio de Pastoral", disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=37956&lang=PT> acesso em: 11 de jan de 2014.



Segundo o primeiro artigo do regimento interno do MNPR (Anexo A), a sua composição é formada por indivíduos que viveram ou que vivem nas ruas, que de acordo com a primeira Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2008), a maior parte desses indivíduos são trabalhadores – exercem alguma atividade laborativa e remunerada –, negros, têm entre 25 e 55 anos, e homens (mas vem aumentando o número de mulheres que pernoitam nas ruas). Somando-se à Pesquisa Nacional sobre a população de rua em situação de rua, desenvolvida pelo MDS em 71 municípios brasileiros, que acusa, através deste censo, um total de 31.922 indivíduos nesta situação, aos resultados das pesquisas desenvolvidas em âmbito municipal em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife⁴, capitais que foram excluídas deste censo, e que apontam respectivamente para: 14.478, 916, 1.203, 1.390 indivíduos em situação de rua, este montante resulta em um total de aproximadamente 50 mil pessoas em âmbito nacional⁵, sendo que neste amálgama, Salvador é a terceira cidade com maior contingente de indivíduos, com 3.289, que fazem dos espaços públicos a constituição de espaços de moradia.

Esta pesquisa foi realizada principalmente pelo fato da população em situação de rua não constar na estatística do IBGE, “com o IBGE a nossa invisibilidade era tão grande, tão profunda, que nem a contagem nos dava o direito. [...] a contagem era muito simples [...], se não existe contagem, não existe população de rua, não precisa políticas públicas.” (SILVA, 2010), fala da coordenadora nacional do MNPR, e ainda assim, sobre este censo, ela defende que: “tivemos em 2008/2009 uma contagem feita pelo Ministério da Assistência Social onde contabilizaram em 71 municípios 50.000 moradores em situação de rua – que sabemos que é muito mais [...]” (SILVA, 2013). Assim, através das normatizações que não são instituídas em direitos é que estes são colocados no lugar de não reconhecimento, estado à margem do

⁴As publicações referentes as capitais são de anos distintos: São Paulo, 2011; Recife, 2005; Porto Alegre, 2008; Belo Horizonte, 1998.

⁵ Dados retirados das publicações governamentais: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (Orgs.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. FERREIRA, A. L.; FERREIRA, F. P. M.; COSTA, R. M. V. Prefeitura de Belo Horizonte realiza primeiro Censo População de Rua. Belo Horizonte: *Revista Planejar BH*, fev. 1999. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE. *Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife*. Recife, 2005. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua: sumário executivo*. Brasília: MDS, 2008. (versão digital). MNPR. MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. *Conhecer para lutar: cartilha para formação política*, 2010. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP). *Censo da População em Situação de Rua: principais resultados*. São Paulo: PMSP/ Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2011.



acesso a circunstâncias que corroborariam em condição de acesso aos direitos, no *status quo* de cidadão.

Na cidade de Salvador, os militantes do movimento reúnem-se em uma sede temporária, que se localiza em um salão pertencente à Igreja e Convento de São Francisco, próximo ao Largo do Pelourinho, no centro histórico da cidade. As reuniões abertas acontecem quinzenalmente aos sábados pela tarde, contando com aproximadamente 80 presentes, havendo uma reunião semanal às segundas-feiras restrita às lideranças do MNPRSA, ou seja, aqueles que cotidianamente estão presentes na sede e que são responsáveis por alguma atividade da organização. O movimento não aglutina apenas aqueles que fazem dos espaços públicos locais de ambiente privado, abrigo e moradia, mas também agrega indivíduos de outros setores da sociedade, ou que já viveram naquela situação e que não têm acesso à propriedade privada na cidade, à habitação urbana e ao uso legal do solo: inquilinos, e todos aqueles que são acometidos tanto pela realidade da questão habitacional quanto pela inadequação legal dos domicílios.⁶

Apesar dessas especificidades, a população em situação de rua é o elemento mais genérico do movimento. De forma mais ampla, através do *survey* realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2008), identificou-se que estes indivíduos estão distantes da formalidade do mundo do trabalho e das condições mínimas de sobrevivência, porém 1,9% dos entrevistados relataram, atualmente, ter vínculos empregatícios com carteira assinada, ao passo que 74% desses indivíduos são alfabetizados e somente 17,1% são analfabetos e 8,3% estão na categoria dos semianalfabetos. “Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos; 22,9% de dois a cinco anos)” (MDS, 2008, p. 10). Assim, 70,9 % dessa população exerce atividades laborativas tais como: atividades relacionadas à construção civil (6,3%), limpeza (4,2%), carregador/estivador (3,1%), coletores de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha⁷ (14,1%), profissionais do sexo, vendedores no mercado informal (ambulantes, feirantes, camelôs, artesãos), pequenos serviços, e dentre outros; havendo ainda, um contingente de 15,7% de indivíduos que

⁶ Essas descrições da sede do Movimento e da periodicidade das reuniões são resultados de observações feitas no campo, cuja inserção nas reuniões e atividades realizadas pelo MNPRSA fazem parte da minha pesquisa de monografia, que conta com observações diretas durante dois anos de idas ao campo.

⁷ Significativamente, o termo flanelinha, ou guardadores de carro, é utilizado para designar indivíduos que são remunerados para assegurar a conservação dos automóveis na rua, de modo informal.



sobrevivem da forma do não-trabalho – a mendicância e os desempregados. Neste censo, a maioria relatou ter algumas profissões (58,6%) ligadas: à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). No que diz respeito a esse cenário, 53% desses indivíduos também constituem a PEA, tem entre 25 e 44 anos (MDS, 2008).

Dentre as principais motivações pelas quais esses indivíduos passaram à situação de rua, a dependência química do álcool ou de outras drogas está entre as principais razões (35,5%); seguida do desemprego (29,8%) e do rompimento com os laços familiares (29,1%) – as razões dos motivos individuais também podem ser verificadas de modo correlacionado –, atualmente, parte dessa população sofre de embriaguez (14,3%) ou são portadores de transtorno mental (14,0%). Isto posto, por falta das condições mínimas de moradia, recorrem às “calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos, prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho, ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagens e apoio, igrejas,)” (MDS, 2008, p. 6), pensionatos, repúblicas e cortiços, como forma de abrigo das adversidades e intempéries da natureza ou, ainda, como forma de moradia e, com isso, lócus da reprodução familiar.

O Movimento Nacional População de Rua, apesar de não se impulsionar somente pelas mediações da questão da moradia em área urbana, tem nesta uma de suas principais pautas de lutas e defendem que esta “[...] população deve participar da construção desta política urbana” (MNPR, 2010, p. 13). Nesse sentido, como evidencia a fala da coordenadora do MNPR, as políticas públicas e sua implementação são estratégias que se almejam alcançar:

A inclusão da População em Situação de Rua nas políticas públicas, a adesão dos estados e municípios ao Decreto 7053/2009. A nossa reivindicação mais urgente são a implantação dos equipamentos do Município. Exemplo: casas de acolhimento, consultórios na rua, casa de cuidados e, principalmente, a não higienização, ou seja, o recolhimento por jatos d’água e abordagens truculentas. [...]. Nós sobrevivemos nas ruas, é muito difícil, pois existe um preconceito muito grande, diversas violações de direitos, falta de equipamentos dignos e, principalmente, a falta de uma *intersetorialidade por parte das diversas Políticas Públicas*. Existe também a falta de desejo político. Infelizmente as pessoas imaginam que a População em Situação de Rua se encontra nessa situação por desejo, como se fosse normal as pessoas desejarem estar nas ruas, no frio, no abandono, sofrendo assassinatos, espancamentos, sendo acordados com violência e truculência. Somos frutos e filhos de um sistema capitalista injusto e desumano. [...] Porém, nós vemos tantos prédios abandonados que poderiam ser moradias de interesse social. Para mim, além do déficit existente, se tivessem pessoas que realmente fossem comprometidas poderíamos não



acabar com a falta de habitação, mais reduziríamos em muito a desigualdade. (SILVA, 2013) (grifos meus).

Assim sendo, o que se identifica como sendo este movimento social específico, de acordo com o conceito de “repertório de contestação” de Tilly (2010) é expresso por meio do valor, percebido através da influencia das Pastorais Sociais no processo de formação política do movimento, e na realização do que organizações populares chamam de “mística”, isto é, antes de se iniciar as reuniões abertas e no seu encerramento há a leitura de poesias, ou se realiza uma oração a Deus; da unidade, identificada na vestimenta dos indivíduos de camisas com a bandeira do movimento, nos emblemas expostos na sede do movimento, e nas palavras de ordem; dos números da quantidade de envolvidos na mobilização, identificado, principalmente nas reuniões quinzenais públicas, e, por fim, do comprometimento, percebido através da participação de idosos, portadores de deficiências físicas, e mães com bebês de colo e crianças nas reuniões públicas do movimento.

Tal binômio, luta política e por justiça, exige senão as dimensões da luta por reconhecimento e luta por redistribuição, é nessa tonalidade que Fraser (2006) traz ao debate dos movimentos sociais uma dimensão que lhe é essencial: as privações econômicas, dadas em um mundo desigualmente constituído por classes. São circunscritos em um sistema econômico-social de acúmulo material cuja ideologia desenvolvimentista necessária à estrutura que a orienta e aos impulsos contraditórios do sistema capitalista, que traz consigo a primazia da objetivação do sujeito, dominação da natureza e da humanidade na qual uns acumulam a riqueza produzida por outros; dependem sob outros a deterioração da vida e ainda assim estes sobrevivem, e isto é a relação mesma entre a burguesia e a classe trabalhadora, os quais são efeitos contraditórios da concentração do capital na modernidade. E é partindo dessa vivência cotidiana de carências, que as principais questões que mobilizam as ações deste movimento são: habitação, direito à cidade, saúde, trabalho digno e cidadania. Se por um lado o Movimento Nacional População de Rua movimenta-se em torno dessas questões objetivas, o que são reivindicações por justiça econômica – por sofrerem injustiça distributiva – por outro lado, luta também por status e estima social, por reconhecimento em uma sociedade que lhes negam.

As injustiças mais comumente presentes no cotidiano da população de rua são a marginalização econômica (vivem de trabalho indesejável ou são mal remunerados) e a privação econômica (viver em um subpadrão de vida permeados por carências) (FRASER,



2006). É assim que o MNPR atua, organizando estes indivíduos, pautando e participando da construção de políticas públicas redistributivas (FRASER, 2006) cuja finalidade é atender demandas desse setor social, recepcionadas, seja através de conferências, audiências públicas ou conselhos. É nesse sentido que o Movimento Nacional População de Rua (MNPR) se organiza visando, dentre outros objetivos, “combater as violações de direitos e buscar condições dignas de vida, direito de todo o cidadão” (MNPR, 2010, p. 25) e tendo por bandeiras, dentre outras, o “resgate da cidadania por meio do trabalho digno” (MNPR, 2010, p. 30). O trabalho digno aparece nessa cartilha de formação política como uma reivindicação, cuja carga de desejo almeja a resolução de um mal-estar, pretende-se a inclusão daquele outro que vive a margem da formalização do trabalho, si próprios, e que, portanto, genericamente, são privados do acesso às coisas públicas e de ordem privada, como a propriedade privada, e assim trilham a sua luta por reconhecimento (HONNETH, 2008).

Assim sendo, o que se identifica como sendo este movimento social específico, de acordo com o conceito de “repertório de contestação” de Tilly (2010) é expresso por meio do valor, percebido através da influencia das Pastorais Sociais no processo de formação política do movimento; da unidade, podendo ser identificada no fato de os indivíduos usarem camisas com a bandeira do movimento, tanto nas reuniões quanto nas atividades encampadas pelo movimento social; do número da quantidade de envolvidos nas mobilizações, identificado, principalmente nas reuniões quinzenais públicas; e, por fim, do comprometimento, percebido através da participação de idosos, portadores de deficiências físicas, e mães com bebês de colo e crianças nas reuniões públicas do movimento. Através do conceito de “repertório de contestação” de Tilly (2010), identifica-se que o Movimento Nacional População de Rua se articula em torno de uma insatisfação comum, travando um esforço público de elaboração das reivindicações direcionadas a essas determinadas autoridades públicas, como os representantes de burocracias estatais e governamentais, constituindo, desse modo, a sua “campanha”, ratificando um caráter contínuo. Através dessa lógica de ação e de conduta política, o MNPR participa de audiências públicas, nas quais estão representantes do governo e do Estado, de modo que haja a negociação entre ambos. Esta atuação política se torna mais frequente e “vários movimentos sociais passaram a agendar em suas atividades cotidianas reuniões, debates, e seminários para discutir e/ou elaborar subsídios para projetos de leis.” (GOHN, 1991, p. 11).



Nessa nova morfologia dos movimentos sociais, as políticas públicas e a conquista de direitos sociais, assumem lugar relevante nas ações políticas, tornando evidente uma nova refiguração nas ações e práticas dos movimentos sociais contemporâneos, que desta forma passam a disputar espaços de participação institucional. Percebe-se, ainda, que as pautas de luta deste movimento social privilegiam conquistas e garantias de direitos, de um modo geral, o que aponta a uma luta por justiça e reconhecimento. Dentre outros exemplos da luta por políticas públicas está objetivado por meio da criação do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que Institui a Política nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Sobre isto, o MNPR por meio do discurso da coordenadora nacional do movimento ao ex-presidente da república, Lula (PT), expressa o entusiasmo da organização com a conquista.

Agradecer profundamente, porque durante muitos e muitos anos a população em situação de rua ficou invisível, e somente uma pessoa humana, uma pessoa sensível poderia se deixar inclinar e escutar o clamor de um povo. Ano passado quando eu abracei o senhor [...], eu abracei um homem que teve a sensibilidade, que não permitiu de maneira nenhuma que seu coração se endurecesse, mas que não esqueceu as suas raízes, não esqueceu o que prometeu a seu povo. E o senhor com toda a humildade, com toda a alegria, permitiu que nós pudéssemos ter saído da invisibilidade, que nós pudéssemos, conquistar e ter novamente a esperança no olhar. Nosso olhar hoje em dia brilha. Brilha porque somos reconhecidos como cidadãos. [...] Nós do Movimento da População de Rua nos inclinamos diante de ti, pois somente isso pode justamente justificar toda a alegria que nós temos, de ter contato com o seu atual apoio. Mas... a luta continua. A luta continua. Continua agora contigo, presidenta Dilma (TV NBR, 2010).

A conquista da estratégia, a política pública, representou para a coordenadora nacional do MNPR: “[...] um marco para a população em situação de rua, com a implementação das políticas públicas, nós agora temos políticas!” (SILVA, 2010). O conteúdo do que foi dito, acerca do decreto, que dispõe sobre a Política Nacional da População em Situação de Rua, nos remete a participação dos movimentos sociais na construção das políticas públicas, cujo objetivo estratégico (a política pública) traz consigo a organização política, identificada no seu caráter participativo, mediação da relação entre o governo e a sociedade civil organizada. Porém, observando que o Estado moderno, via governos, elabora políticas públicas e sociais, universalizando as temáticas que são reivindicadas pelos sujeitos coletivos, estimula, segundo Gonh (1991) a desmobilização das lutas políticas. Contudo, ainda que isto seja apontado pela literatura acerca do assunto, percebe-se que o MNPR busca organização, reconhecimento e



voz, apesar das vicissitudes decorrentes das necessidades imediatas pautadas pelas imensas desigualdades das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

264

Associação Rede rua. Disponível em: <www.rederua.org.br>. Acesso em: 26 de janeiro de 2014.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós socialista”. São Paulo: *Cadernos de Campo*, n. 14/15, 2006.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. (pp.117-211).

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento. Porto Alegre: *CIVITAS*, v.8, n.1, pp. 46-67, jan./abr. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua: sumário executivo*. Brasília: MDS, 2008. (versão digital).

MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). *Conhecer para lutar: cartilha para formação política*. 2010.

SILVA, M. L. S. P. Membro da Coordenação Nacional do Movimento da População de Rua acusa Prefeitura de Salvador de praticar ação higienista: entrevista. [29 de outubro, 2013].

Virtual: **Textos ao Vento**. Disponível em:



<<http://textosaevento.blogspot.com.br/2013/10/membro-da-coordenacao-nacional-do.html>>.

Acesso em: 12 de jan de 2013.

TILLY, C. Movimentos Sociais como Política. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, 2010.

TV NBR. Presidente Lula comemora Natal com catadores e pessoas que vivem em situação de rua. **NBR**, São Paulo, 23 de Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZNHeUaXKOQk>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2013.